MUNICÍPIO DE CÂMARA DE LOBOS**Aviso n.º 6850/2018****Contratos de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado**

Em cumprimento do disposto na alínea *b*) do n.º 1, do artigo 4.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, na atual redação, torna-se público que foram celebrados contratos de trabalho em funções públicas por Tempo Indeterminado, com efeitos a partir do dia 2 de maio de 2018, inclusive, com os trabalhadores abaixo identificados, na sequência de procedimentos concursais comuns para ocupação de postos de trabalho previstos e não ocupados no mapa de pessoal desta Autarquia, abertos por aviso publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 126, de 03 de julho de 2017, conforme a seguir se indica:

Armando Jorge da Silva Pinho — Licenciatura em Ciências da Informação e Documentação, para exercício de funções na subunidade de Educação Cultura e Desporto, para a 2.ª posição remuneratória, nível 15, da carreira e categoria de Técnico Superior, a que corresponde a remuneração base mensal líquida de 1.201,48€;

Cátia Sofia Mendonça de Freitas — Licenciatura em Geografia e Planeamento, para exercício de funções na subunidade de Ambiente e Espaços Públicos, para a 2.ª posição remuneratória, nível 15, da carreira e categoria de Técnico Superior, a que corresponde a remuneração base mensal líquida de 1.201,48€;

José Nelson da Silva Gonçalves — Licenciatura em Geografia e Planeamento, para exercício de funções na subunidade de Ambiente e Espaços Públicos, para a 2.ª posição remuneratória, nível 15, da carreira e categoria de Técnico Superior, a que corresponde a remuneração base mensal líquida de 1.201,48€;

Cláudio Alexandre Pereira Ramos — Licenciatura em Ambiente, para exercício de funções na subunidade de Ambiente e Espaços Públicos, para a 2.ª posição remuneratória, nível 15, da carreira e categoria de Técnico Superior, a que corresponde a remuneração base mensal líquida de 1.201,48€;

José Vítor Camacho Ferreira — Licenciatura em Educação Física e Desporto, para exercício de funções na subunidade de Educação Cultura e Desporto, para a 2.ª posição remuneratória, nível 15, da carreira e categoria de Técnico Superior, a que corresponde a remuneração base mensal líquida de 1.201,48€.

8 de maio de 2018. — A Vereadora da Intervenção Social e Recursos Humanos, *Vanessa Abreu Azevedo*.

311341355

MUNICÍPIO DE CARREGAL DO SAL**Aviso n.º 6851/2018****Consolidação de mobilidade intercarreiras**

Em cumprimento do disposto do n.º 1 do artigo 4.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho e do disposto no artigo 99.º-A da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, torna-se público que, na sequência da deliberação de concordância da Câmara Municipal, tomada na sua reunião ordinária realizada em 24 de abril de 2018, por meu despacho de 26 de abril foi determinada a consolidação definitiva da mobilidade intercarreiras dos trabalhadores a seguir descritos e nos seguintes termos:

José Alfredo da Fonseca Rodrigues, na categoria e carreira de técnico superior, na 2.ª posição remuneratória, nível 15.

Ofélia da Conceição Fonseca Carvalho, na categoria e carreira de técnico superior, na 2.ª posição remuneratória, nível 15.

Esta consolidação produz efeitos a partir do dia 01 de abril de 2018.

Mais se torna público que foram celebrados com os referidos trabalhadores, os respetivos contratos de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado.

26 de abril de 2018. — O Presidente da Câmara, *Rogério Mota Abrantes*.

311339525

Aviso n.º 6852/2018**Área de Reabilitação Urbana de Papízios**

Rogério Mota Abrantes, Presidente da Câmara Municipal de Carregal do Sal:

Torna público, nos termos dos n.º 1 e 4 do artigo 13.º do Regime Jurídico da Reabilitação Urbana, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 307/2009 de 23 de outubro, alterado pela Lei n.º 32/2012, de 14 de agosto, Decreto-Lei n.º 136/2014, de 09 de setembro e Decreto-Lei n.º 88/2017, de 27 de julho, que sob deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião ordinária de 13 de abril de 2018, a Assembleia Municipal, na sua sessão ordinária realizada em 27 de abril de 2018, aprovou a proposta de delimitação da Área de Reabilitação Urbana de Papízios.

Nos termos das deliberações tomadas, são aplicáveis a esta Área de Reabilitação Urbana, os Incentivos Municipais aprovados pela Câmara Municipal na reunião ordinária de 25/05/2017 e pela Assembleia Municipal na sua sessão ordinária de 16/06/2017, nos seguintes termos:

A — Procedimentos

1 — Atendimento personalizado a proprietários para encaminhamento e apoio às candidaturas.

2 — Agilização dos processos e procedimentos, nomeadamente simplificação burocrática e maior celeridade na apreciação dos projetos.

3 — Promoção e apoio na candidatura/aplicação de apoios comunitários do Portugal 2020 e à criação de fundos de desenvolvimento urbano.

B — Reduções

4 — Redução de 50 % (cinquenta por cento) das taxas previstas referentes à comparticipação na realização, manutenção e reforço das infraestruturas gerais.

C — Isenções

5 — Isenção de apresentação de projetos de ocupação de espaço público e isenção do pagamento das taxas de ocupação do espaço público durante as obras de conservação.

6 — Isenção de taxa de licenciamento/admissão de comunicação prévia da execução de operações urbanísticas.

7 — Isenção de taxas devidas pela realização de vistorias, exceto as devidas pelas inspeções a ascensores.

8 — Isenção de taxas devidas pela autorização de utilização, exceto estabelecimentos de restauração e ou bebidas com ou sem espaço de dança.

D — Comparticipações

9 — Comparticipação de € 100 (cem euros) mensais de subsídio de renda pelo prazo máximo de 6 (seis) meses e por fração que comprovadamente necessite, pela natureza das obras a realizar no prédio, de realojamento temporário

10 — Comparticipação financeira adicional de 20 % (vinte por cento) na parte não apoiada nas candidaturas ao Programa Porta 65 (a instruir de acordo com a alínea *a*) do artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 43/2010 de 30 de abril, (www.portaldahabitacao.pt/pt/porta65j/index.html), em imóveis que tenham sido intervencionados no âmbito do processo de regeneração urbana.

11 — Comparticipação de € 2500 (dois mil e quinhentos euros) em materiais de construção a pessoas residentes no concelho que comprovadamente não sejam possuidoras de habitação própria e permanente e que adquiram um imóvel para regeneração dentro das áreas de reabilitação urbana, que comprovadamente se destine a esse fim (habitação própria e permanente).

12 — Comparticipação de € 2500 (dois mil e quinhentos euros) em materiais de construção a pessoas não residentes no concelho que adquiram um imóvel para regeneração dentro das áreas de reabilitação urbana, e que comprovadamente se destine a habitação própria e permanente.

E — Prazo de validade

O prazo de validade destas medidas de incentivo, a aplicar a todas as áreas de reabilitação urbana, é até 31/12/2020 (trinta e um de dezembro de dois mil e vinte).

7 de maio de 2018. — O Presidente da Câmara, *Rogério Mota Abrantes*.

311338983